

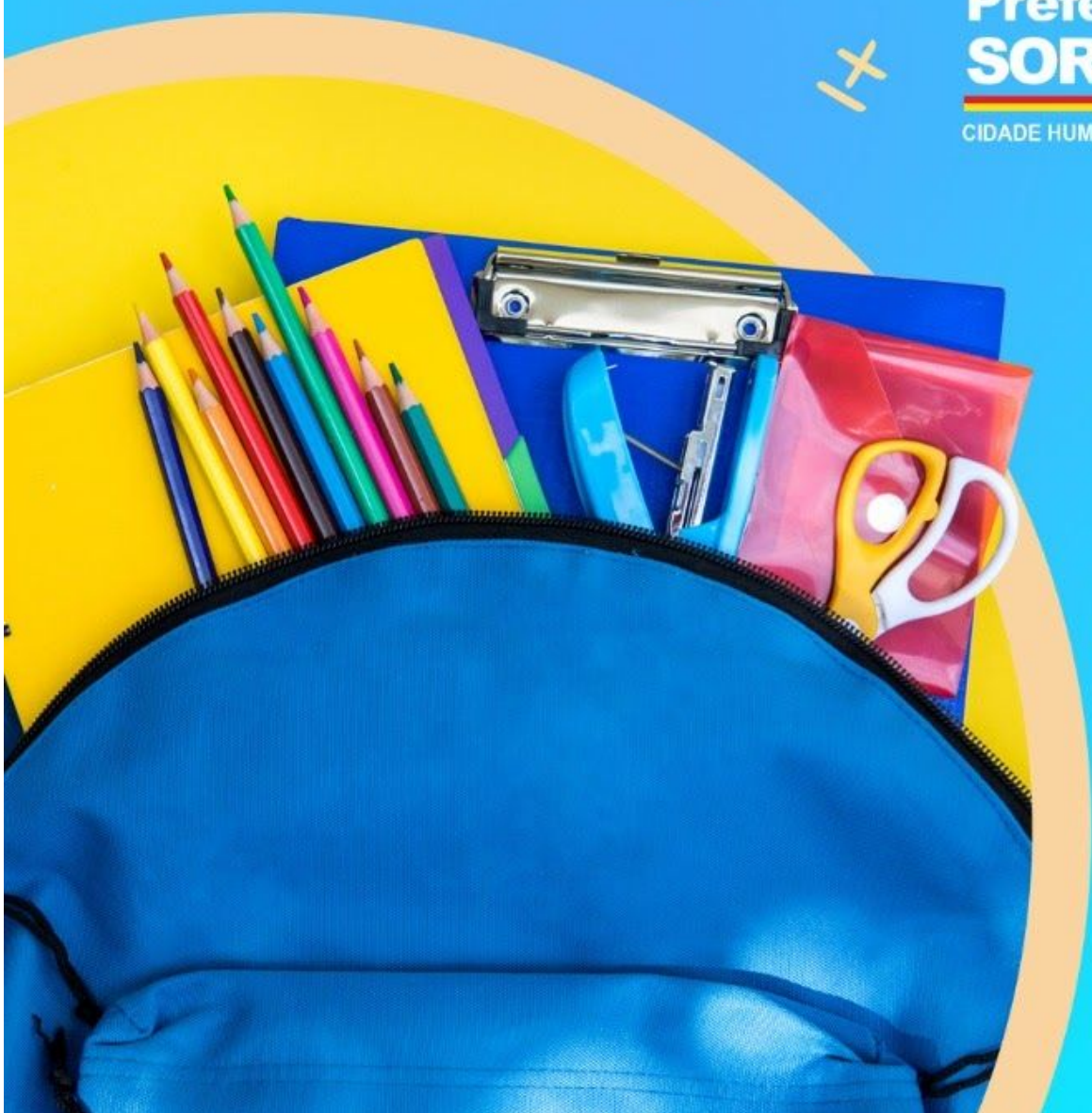
ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO 2021

Organização Pedagógica do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais



Prefeitura de
SOROCABA

CIDADE HUMANIZADA E INOVADORA



Prefeito

Rodrigo Maganhato

Secretário

Márcio Bortolli Carrara

Área Pedagógica

Margareth Pedroso

Área Administrativa

Amanda Regina Martins Dias

Gestores de Desenvolvimento Educacional (Pedagógico)

Aretha Fabiana do Amaral Felício
Jean Carlos Gomes Santos Costa
Joyce de Oliveira Campos
Marília Maria R. A. Barreto
Paulo Bruno Pistili Rodrigues
Priscila Cristina Gaspar Diogo

Divisão de Apoio Técnico Pedagógico

Francine Gomes Fernandes
Amanda Karina Rodrigues de Lima
Carlos Ricardo Cabral
Danila Paschoine Firmino
Jefferson Roberto de Carvalho Santos
Mellany Caroline Pires Rodrigues

Divisão de Educação Especial

Angela dos Santos Costa
Claudia Luciana R. Paes
Mayara de A. Golombiński

Elaboração

Secretaria da Educação
Comitê Intersetorial

Relatores

Angela dos Santos Costa
Joyce de Oliveira Campos
Margareth Pedroso
Raphaela Bergamo C. Almeida

Colaboradores

Luiz Fábio Santos
Patrícia Ap. Moron Dipsie
Petula R. Santorum e Silva
Solange Ap. da Silva Brito
Comitê Intersetorial

Supervisores de Ensino

Ana Laura de Almeida
Ana Paula de Oliveira
Ana Rosa Rezende
Daniela de Ávila Pereira Lourenço
Edmara Aparecida Parra Melati
Elaine Cristina Nochelli Braz
Everton de Paula Silveira
Gilsemara V. Rodrigues Almenara
Gisele C. de Almeida Santos
Izaura Mendes Rosa Maganhato
Jessimeire Alessandra D. C. Grosso
Luiz Fábio Santos
Márcia de Fátima Delanholo Sturm
Maria Cristina Camargo
Paula de Fátima Soares
Petula R. Santorum e Silva
Roberta Rodrigues da Paz Oliveira
Sara Aparecida Pereira
Solange Aparecida da Silva Brito
Thaís Helena de Oliveira Moraes

Comitê Intersetorial

Adriana Ap. Cândido Mariano
Ana Cláudia Joaquim Barros
Ana Paula de Oliveira
Ana Paula Diegues
Ana Paula Pereira de Melo
Ana Rosa Rezende
Aparecida F. da Silva Gutierrez
Edenilson Antonio Vicente
Guilhermina Monteiro
Isabel C. de Campos Borges
Joyce de Oliveira Campos
Margareth Pedroso
Maria Cristina Camargo

SUMÁRIO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO	4
INTRODUÇÃO	5
1. PLANO DE RETOMADA	7
1.1 Organização de tempos e espaços	8
1.1.1 Ensino fundamental, anos iniciais	10
1.1.2 Ensino fundamental, anos finais	12
1.1.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)	13
1.1.4 Educação Especial (AEE)	15
1.1.5 Educação Física	16
1.2 Organização das turmas	17
1.3 Organização das entradas, saídas, intervalos e da movimentação de estudantes durante o período de atividades presenciais	19
2. PLANO OPERACIONAL PEDAGÓGICO	21
2.1 Acolhimento	21
2.2 Avaliação diagnóstica	22
2.3 (Re)Planejamento	25
2.3.1 Sugestões e possibilidades	25
2.3.2 Recuperação Contínua e Recuperação Paralela	26
2.3.3 Organização do trabalho pedagógico	27
2.3.4 Alfabetização	29
2.3.5 EJA	31
2.3.6 Educação Especial	34
2.3.7 Os anos finais de ciclo	35
2.4 Acompanhamento da aprendizagem	35
2.5 A participação das famílias	36
2.6 Plano de formação da equipe escolar	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Vivenciar e construir emergencialmente os caminhos e sentidos do fazer educativo no ano de 2020 foi uma experiência no mínimo inusitada e cheia de desafios. A escola, apesar de estar vazia do som das risadas e brincadeiras das crianças, não parou, seus profissionais trabalharam muito na busca por ofertar atividades que pudessem manter o vínculo dos alunos e alunas com a escola, com os estudos, com os professores, além de possibilitar o acesso dos estudantes à atividades de excelente qualidade pedagógica.

Para o ano presente os desafios se multiplicam, pois, além de desenvolver ações por meio do ensino remoto, teremos que, aos poucos, retomar as atividades presenciais, pois temos ciência do quanto nossas crianças precisam estar presentes na escola para ter a possibilidade de desenvolver aprendizagens efetivas, viabilizadas plenamente pelas interações que somente o espaço escolar permite. Sabemos que aprendemos com o outro e que a mediação do conhecimento histórico, cultural e cientificamente construído acontece na relação dos estudantes com o conhecimento, com o ambiente, com os colegas e com os professores.

Nesse retorno, lidaremos com nossos medos e inseguranças, com os das crianças e suas famílias e com as perdas que muitos podem ter vivenciado, no entanto, diante dos avanços científicos acerca da pandemia, hoje temos mais conhecimento sobre o vírus, sabemos mais sobre como a doença se propaga, como evitá-la e quem são os grupos de risco. Com esses conhecimentos, temos condições de organizar paulatinamente a retomada das atividades presenciais com segurança para os estudantes e para os profissionais da Educação.

Com esse intuito, a Secretaria da Educação tem trabalhado intensamente para subsidiar as instituições educacionais para o desenvolvimento do trabalho na escola. Estas orientações compõem parte desses subsídios, que alinhadas com o fornecimento de EPIs, de materiais pedagógicos, com a reposição de pessoal, com os protocolos de segurança e a formação continuada, dentre outros, contribuem para que o ensino presencial ofertado em nossa rede seja retomado aos poucos com estudo, tranquilidade e segurança.

Um bom trabalho a todos e todas.

Marcio Bortolli Carrara
Secretário de Educação

INTRODUÇÃO

A propagação repentina da COVID-19 tem imposto ao mundo a tomada de medidas críticas por parte dos governos de todos os países. Toda a atenção está nos desafios impostos aos sistemas de saúde, mas, os sistemas de educação também são diretamente afetados. Desta forma, este cenário exigiu rápida e inédita ação dos gestores e políticos, de maneira que optaram pelo fechamento provisório das escolas. Como consequência, ações emergenciais foram imprescindíveis para minimizar os impactos pedagógicos diante dos efeitos do isolamento social.

Experiências de países e regiões que passaram pelo fechamento provisório de escolas apontam que o retorno às atividades escolares presenciais não será como a volta do recesso escolar ou mesmo das férias. Crises como estas geram diversos efeitos adversos nas pessoas e, mesmo com consistentes estratégias de mitigação durante a suspensão de aulas, impactos emocionais, físicos e cognitivos devem ser observados e podem se prolongar por um longo período de tempo.

Diante desse cenário as escolas se deparam com novos e complexos desafios, sendo estes enfrentados com apoio do poder público na Educação, envolvendo ação intersetorial, em especial, das áreas da Saúde e da Assistência Social. O processo de retorno às atividades escolares exigirá a necessidade de atenção especial à saúde mental de alunos e alunas, professores e demais profissionais da escola. Este tema tem sido elemento central de preocupação para especialistas e organizações na discussão sobre as respostas educacionais à pandemia da Covid-19.

Neste contexto, é preciso refletir sobre o Ensino Fundamental, suas atuais necessidades e possibilidades, considerando que de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 a 14 anos.

Há, portanto, crianças, pré-adolescentes e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que

ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

Ao retornar de uma pandemia, os desafios tornam-se ainda maiores, mais do que nunca é fundamental que a equipe pedagógica reflita coletivamente sobre o planejamento proposto para esta importante etapa da Educação Básica, considerando o seu Projeto Político Pedagógico e se atentando às seguintes etapas de organização do trabalho pedagógico: acolhimento, avaliação diagnóstica, (re) planejamento, adaptação curricular, recuperação contínua e paralela, acompanhamento da aprendizagem e plano de formação da unidade escola.

O caderno de **Orientações para o Planejamento 2021 - Questões Psicossociais: Acolhimento**, apresenta reflexões e estratégias para o acolhimento dos alunos e alunas, principalmente em relação ao período de retorno das atividades presenciais na escola.

O presente caderno de **Orientações para o Planejamento 2021 - Organização Pedagógica do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais**, tem o intuito de subsidiar o desenvolvimento das ações pedagógicas realizadas pelos professores e pela equipe gestora, bem como desenvolver uma identidade de rede, respeitando as especificidades de cada instituição escolar, com vistas ao fortalecimento do **processo educativo**, num contexto tão delicado como este que estamos vivendo.

Cabe salientar que este caderno também teve como base uma produção iniciada em 2020 por um grupo de trabalho da SEDU, quando da possibilidade da retomada das aulas presenciais em agosto daquele ano.

Apresentam-se aqui orientações quanto à organização do atendimento dentro de cada fase e etapa de retorno propostas pelo Plano São Paulo de volta às aulas, além de orientações quanto à organização do trabalho pedagógico conforme as etapas já apresentadas anteriormente.

Considerando que o início do ano letivo deu-se em oito de fevereiro, com a continuidade das atividades remotas (ANP - Atividades Não Presenciais), a retomada do ensino presencial se dará de forma gradativa e escalonada, mediante a organização de toda uma estrutura que considera vários aspectos primordiais para o atendimento presencial das crianças: protocolos sanitários, recursos humanos e materiais, além da estrutura física das escolas, num tripé que possibilita que as instituições educacionais possam planejar a retomada das atividades presenciais por

meio de seu **Plano de Retomada das Atividades Presenciais**, de forma que a equipe pedagógica realizará o planejamento para preparar o atendimento e garantir os direitos de aprendizagem de todos os estudantes.

1. PLANO DE RETOMADA

O Comitê Intersetorial, instituído em janeiro de 2021 pela Secretaria da Educação, composto por profissionais da SEDU (técnicos, supervisores, diretores e orientadores pedagógicos), da saúde, da urbes, do Conselho Municipal de Educação (CMESO), do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba (SSPMS), dentre outros, elaborou o Modelo do Plano de Retomada das Atividades Presenciais, que cada unidade escolar deve elaborar para que informe à Secretaria da Educação, como se dará, dentro das diretrizes estabelecidas, o retorno das aulas presenciais em cada instituição educacional.

O Modelo do Plano de Retomada das Atividades Presenciais foi encaminhado às escolas no início de fevereiro deste ano, juntamente com uma consulta que deve ser realizada junto às comunidades escolares, sobre a intenção da realização das atividades presenciais dos alunos e alunas. Foram encaminhados nesse período também, os cadernos de **Orientações para o Planejamento 2021 - Questões Psicossociais: Acolhimento, Orientações para o Planejamento 2021 - Protocolos Sanitários da Educação e Orientações para o Planejamento 2021 - Educação, Comunicação e Tecnologias.**

Com esse material e o resultado dessa consulta, cada instituição estará munida das informações necessárias para construir seu plano de retomada, que deverá ser encaminhado ao supervisor de ensino da instituição para ciência e validação e posterior homologação pelo Secretário de Educação, conforme apontado no Comunicado SEDU/GS n.º 16/2021.

Conforme é possível verificar no Modelo do Plano de Retomada das Atividades Presenciais, as equipes escolares precisarão analisar seus espaços e estruturas físicas, além do número de profissionais atuando de forma presencial e remota, para então poder constituir seu atendimento em cada etapa da retomada.

Conforme o Plano São Paulo, essa retomada será composta por três etapas relacionadas às fases (vermelha, laranja, amarela e verde) de alerta, a saber:

- 1ª etapa: atendimento presencial de até 35% dos estudantes matriculados;
- 2ª etapa: atendimento presencial de até 70% dos estudantes matriculados;
- 3ª etapa: atendimento presencial de até 100% dos estudantes matriculados.

1.1 Organização de tempos e espaços

Conforme estabelecido, na rede municipal de ensino de Sorocaba, independente da fase em que nos encontrarmos, iniciaremos o retorno na primeira etapa, atendendo até 35% dos alunos e alunas matriculados. A partir da definição da data de retorno, **Cada etapa se realizará num período médio de 30 (trinta) dias** para acompanhamento e avaliação tanto do Comitê Intersetorial quanto da vigilância epidemiológica, visando a liberação de atendimento para a próxima etapa e a organização do atendimento pelas escolas.

Da mesma forma, para o ensino fundamental, **o atendimento será realizado considerando os alunos e alunas cujas famílias apontaram interesse no retorno, em grupos de até 35% da turma na primeira etapa e de até 70% na segunda, em revezamento semanal**, quando o número de interessados ultrapassar os 35% (à exceção da EJA). Em seguida, detalharemos algumas especificidades dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, assim como da modalidade da EJA e da Educação Especial.

As famílias que decidirem que os alunos e alunas devem permanecer 100% em atividades remotas, deverão assinar termo de responsabilidade sobre a realização das ANPs (retirada, realização e devolução).

Tanto os alunos e alunas que estarão realizando atividades presenciais em revezamento com atividades remotas, quanto os que estarão realizando apenas atividades remotas receberão as ANPs na periodicidade estabelecida pela unidade escolar (semanal ou quinzenal).

Em relação ao espaço físico, é necessário o estudo do *layout* das salas de aula e de outros ambientes de aprendizagem, para que sejam organizados conforme o caderno de **Orientações para o Planejamento 2021 - Protocolos Sanitários da Educação**. Nesse sentido, cada instituição escolar deve organizar os espaços que

serão utilizados pelas crianças/adolescentes, respeitando o distanciamento de 1,5 metros entre os estudantes, além de demarcações de sentido para a movimentação nos espaços.

É importante salientar que, conforme os protocolos de saúde, cada profissional da educação deve ter contato apenas com as crianças sob sua responsabilidade, de modo que, se necessário, a vigilância epidemiológica possa fazer os devidos acompanhamentos e encaminhamentos.

Exemplo que organização da sala de aula¹:



¹ Todas as imagens apresentadas neste caderno são de escolas da rede municipal de ensino de Sorocaba. Créditos: SEDU.

Exemplo que organização de refeitório:



1.1.1 Ensino fundamental, anos iniciais

Na primeira etapa da retomada, **no ensino fundamental, anos iniciais**, os alunos e alunas estarão presentes na escola em **três dias da semana**, preferencialmente às **segundas, quartas e sextas**, ou, caso haja alguma especificidade no atendimento da instituição, este deve ser sempre organizado em dias intercalados na semana. Nos demais dias da semana e nas semanas em que não estarão presentes na escola, estes deverão realizar as atividades não presenciais (ANPs).

Nessa etapa, também os professores desse atendimento (fundamental, anos iniciais) atuarão presencialmente na escola em três dias da semana (60% de sua jornada) e de forma remota, dois dias na semana (40% de sua jornada) de modo a garantir o atendimento às ANPs, bem como, orientações e plantões de dúvida.

Na segunda etapa, **no ensino fundamental, anos iniciais**, os alunos e alunas estarão presentes na escola em **quatro dias da semana**. No dia em que não estiverem em aulas presenciais e nas semanas que estiverem em revezamento,

deverão realizar as atividades não presenciais (ANPs). Os professores acompanharão os alunos e alunas, estando presentes nesses quatro dias (80% de sua jornada) e realizarão trabalho remoto em um dia (20% de sua jornada), de modo a atendê-los remotamente, nas orientações e plantões de dúvida, quando for o caso.

Em ambas as etapas, **no ensino fundamental, anos iniciais**, os alunos e alunas estarão presentes na escola no período da manhã, das 8 às 11h e no período da tarde, das 13 às 16h, **inclusive os matriculados nas instituições educacionais que atendem em período integral**. Essa organização considera que os alunos e alunas não poderão realizar atividades regulares de movimento, no coletivo, como as brincadeiras dos intervalos e outros momentos recreativos que ocorrem no dia-a-dia escolar, além dos horários de pico de trânsito.

A instituição que considerar necessário, dependendo do número de estudantes atendidos no presencial, poderá organizar horário de entradas e saídas com escalonamento, a cada cinco minutos, por exemplo, de modo a evitar aglomerações, desde que todos os estudantes permaneçam na escola pelo período 3 horas, conforme estabelecido (por exemplo: das 8 às 11h / das 8:05 às 11:05 / das 8:10 às 11:10).

Nesse sentido, considerando que todos os momentos da presença dos alunos e alunas na escola serão educativos, onde o trabalho pedagógico realizado visa, dentre outros, o entendimento das dinâmicas de rotina da escola, os professores deverão acompanhar os estudantes nos momentos das refeições. Os 20 minutos de intervalo não remunerado do professor deverão ocorrer antes da entrada ou após a saída dos alunos e alunas, dependendo do período de aula (manhã ou tarde).

Assim, nesses dias de trabalho presencial do professor PEB I, sua carga horária na escola, se resumirá a 3 horas ou 3,6 h/a de 50 minutos. com os estudantes nas atividades presenciais destes e 1h10min. ou 1,4 h/a de 50 minutos. de atividades presenciais de planejamento, entrega, correção e atendimento remoto (quando for o caso) e monitoramento das ANPs.

As horas de trabalho pedagógico (HTP), tanto as referentes aos 40% a serem realizadas em local de trabalho, quanto as referente aos 60% a serem realizadas em local de livre escolha poderão ser utilizadas para a realização das ações referentes ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades presenciais e não presenciais (ANPs).

O **exemplo** apresentado na tabela abaixo resume a organização dos tempos no ensino fundamental anos iniciais na primeira e na segunda etapa:

	1ª etapa (até 35%)	2º etapa (até 70%)
Alunos e alunas	segunda, quarta e sexta - 3h de atividades presenciais por dia	segunda, quarta, quinta e sexta - 3h de atividades presenciais por dia
Professores	segunda, quarta e sexta - 4h10min. de atividades presenciais	segunda, quarta, quinta e sexta - 4h10min. de atividades presenciais

1.1.2 Ensino fundamental, anos finais

No **ensino fundamental, anos finais**, tanto na **primeira quanto na segunda etapa**, os alunos e alunas estarão **presentes na escola todos os dias** pelo período diário de **3h20min**, sendo 3 horas ou 6h/a de 30 minutos de atividades presenciais e 20 minutos de intervalo. Considerando que legalmente cada hora aula é composta por 50 minutos, os 20 minutos restantes de cada h/a serão realizados de forma remota.

Assim, na soma da carga horária remota das semanas presenciais desses alunos e alunas, mais a carga horária das semanas que acontecerão remotamente, quando for o caso, os estudantes realizarão as atividades não presenciais (ANPs).

O **revezamento será semanal**, caso o número de alunos e alunas que retornarem ao presencial seja maior que a porcentagem permitida em cada etapa. **O que muda na segunda etapa em relação à primeira, será apenas o número de estudantes atendidos presencialmente.**

Em ambas as etapas, **no ensino fundamental, anos finais**, os alunos e alunas estarão presentes na escola no **período da manhã, das 7h às 10h20m e no período da tarde, das 13h às 16h20m.**

Nesse sentido, assim como nos anos iniciais, aqui também se considera que todos os momentos da presença dos alunos e alunas na escola serão educativos, onde o trabalho pedagógico também visa o entendimento das dinâmicas de entrada, saída, uso dos espaços coletivos, os professores dos anos finais também deverão acompanhar os estudantes nos momentos das refeições, sendo que o professor que acompanhará a turma será aquele que tiver a aula imediatamente anterior ao

intervalo e esses 20 minutos comporão a carga horária da aula, somando assim, nessa aula, seus 50 minutos totais.

Os professores atuarão, na primeira e na segunda etapa, no mínimo 60% de sua carga horária de forma presencial e no máximo 40% de forma remota, de modo a atender os alunos e alunas, nas orientações e plantões de dúvida, quando for o caso.

As horas de trabalho pedagógico (HTPs), tanto as referentes aos 40% a serem realizadas em local de trabalho, quanto as referente aos 60% a serem realizadas em local de livre escolha poderão ser utilizadas para a realização das ações relativas ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades presenciais e não presenciais (ANPs).

O **exemplo** apresentado na tabela abaixo resume a organização dos tempos no ensino fundamental anos finais na primeira e na segunda etapa:

	1ª etapa (até 35%) e 2ª etapa (até 70%)		
		Presenciais	Remotas
Alunos e alunas (exemplo considerando um dia da semana)	1ª aula	30min.	20min.
	2ª aula	30min.	20mim.
	3ª aula	30min.	20mim.
	4ª aula	30min. + 20min. de intervalo	0 mim.
	5ª aula	30min.	20mim.
	6ª aula	30min.	20mim.
	Total	3h20min.	1h40min
Professores*	De acordo com a carga horária semanal de cada professor		

* A organização dos intervalos das turmas deve contemplar todos os professores presentes na escola a cada dia da semana, de forma que todos atuem com a mesma carga horária diária presencial e remota.

1.1.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Na EJA, as escolas, após o levantamento da demanda presencial e remota, deverão organizar as turmas numa das opções abaixo, de modo que todos os

alunos e alunas que optarem pelo ensino presencial, estejam presentes na escola todas as semanas, sem revezamento:

- a) turmas onde todos os alunos e alunas optaram pelo ensino presencial:
turmas de até 12 (doze) estudantes (conforme a capacidade física da sala de aula), com atividades presenciais todos os dias da semana, em todas as semanas, independente da etapa. Nesse caso, os professores que assumirem essas turmas, deverão atuar 100% presencial.
- b) turmas onde há alunos e alunas que optaram pelo ensino remoto:
turmas de até 12 (doze) estudantes presenciais (conforme a capacidade física da sala de aula), e demais alunos e alunas no remotos até o limite de 25, com os estudantes presentes na escola em quatro dias da semana. Neste caso, os professores que assumirem essas turmas atuarão, no mínimo, 80% de sua jornada de forma presencial e, no máximo, 20% de sua jornada de forma remota. Os alunos e alunas que optarem 100% pelo ensino remoto e os que optaram pelo presencial, no que se refere aos 20% da carga horária que será de atividades não presenciais, deverão realizar as ANPs. As horas de trabalho pedagógico (HTPs), tanto as referentes aos 40% a serem realizadas em local de trabalho, quanto as referente aos 60% a serem realizadas em local de livre escolha, poderão ser utilizadas para a realização das ações referentes ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades presenciais e não presenciais (ANPs).

O **exemplo** apresentado na tabela abaixo resume a organização dos tempos na EJA, na primeira e na segunda etapa, nas turmas onde há alunos e alunas que optaram pelo ensino remoto:

	1ª etapa (até 35%) e 2ª etapa (até 70%)			
			Presenciais	Remotas
Alunos e alunas	Segunda	7:00 às 7h45	LP	
		7h45 às 8:30	LP	
		8:30 às 9:15	LP	

	Terça	7:00 às 7h45	MAT	
		7h45 às 8:30	MAT	
		8:30 às 9:15	MAT	
	Quarta	7:00 às 7h45		MAT
		7h45 às 8:30		POR
		8:30 às 9:15		GEO
	Quinta	7:00 às 7h45	GEO	
		7h45 às 8:30	ART	
		8:30 às 9:15	HIS	
	Sexta	7:00 às 7h45	HIS	
		7h45 às 8:30	CIE	
		8:30 às 9:15	CIE	
	Total		12h/a	3h/a
	Professor CH 7h/a c/aluno*			6h/a
Professor CH 8h/a c/aluno*			6h/a	2h/a

* Ambos os professores poderão usar a carga horária de 2h/a de HTP a serem realizadas em local de livre escolha para atendimento remoto dos alunos e alunas, quando for o caso.

1.1.4 Educação Especial (AEE)

Os alunos e alunas, público-alvo da educação especial, caso não pertençam ao grupo de risco, poderão optar, por meio de seus responsáveis legais, pela realização das atividades ofertadas nas salas de recursos multifuncionais, de modo presencial.

Nesse caso, o atendimento deverá ser organizado de acordo com o número de estudantes que estarão no presencial e no remoto, sendo que os professores poderão cumprir, na primeira e na segunda etapa, no mínimo 60% de sua jornada de forma presencial e no máximo 40% de forma remota, de modo a atender os alunos, nas orientações e plantões de dúvida, quando for o caso.

As horas de trabalho pedagógico (HTPs), tanto as referentes aos 40% a serem realizadas em local de trabalho, quanto as referente aos 60% a serem

realizadas em local de livre escolha poderão ser utilizadas para a realização das ações referentes ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades presenciais e não presenciais (ANPs).

O **exemplo** apresentado na tabela abaixo resume a organização dos tempos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) na primeira e na segunda etapa, considerando três dias presenciais e dois remotos com 7 aluno e alunas optando pelo presencial:

	Segunda (presencial)	Terça (remoto)	Quarta (presencial)	Quinta (remoto)	Sexta (presencial)
7:00 - 7:50	aluno(a) 1	**	HTP*	**	HTP*
7:50 - 8:40	aluno(a) 2	**	aluno(a) 1	**	HTP*
8:40 - 9:30	aluno(a) 3	**	aluno(a) 2	**	HTP*
9:50 - 10:40	*	**	aluno(a) 3	**	HTP*
10:40 - 11:30	HTP*	**	*	**	----
13:00 - 13:50	aluno(a) 4	**	aluno(a) 4	**	----
13:50 - 14:40	aluno(a) 5	**	aluno(a) 5	**	
14:40 - 15:30	aluno(a) 6	**	aluno(a) 6	**	
15:30 - 16:20	aluno(a) 7	**	aluno(a) 7	**	

* Horários de atividades presenciais para planejamento, elaboração de atividades e recursos, monitoramento, alinhamento com o professor da sala regular, atendimento remoto de alunos e alunas (se for o caso), dentre outras ações relacionadas às atividades presenciais e remotas.

** Horários de atividades remotas para planejamento, elaboração de atividades e recursos, monitoramento, alinhamento com professor da sala regular, atendimento remoto de alunos e alunas (se for o caso), dentre outras ações relacionadas às atividades presenciais e remotas.

1.1.5 Educação Física

A organização dos tempos e espaços, assim como as questões pedagógicas relacionados à Educação Física, tanto para o fundamental anos iniciais, quanto dos anos finais, estão sendo estudadas e produzidas pelos profissionais da área da rede e serão encaminhadas às escolas no caderno de **Orientações para o Planejamento 2021 - Organização Pedagógica da Educação Física e Práticas Corporais**.

1.2 Organização das turmas

Seguindo os Protocolos Sanitários da Educação, **nos anos iniciais e finais do ensino fundamental**, cada instituição deve organizar grupos de atendimento conforme cada etapa da retomada e o revezamento necessário para atender a todos os alunos e alunas cujos responsáveis legais optaram pelas aulas presenciais.

Esses grupos podem ser organizados por cores ou nomes, como por exemplo, grupos roxo, azul e marrom, atendidos conforme a etapa da retomada e o número máximo de estudantes permitidos pelo espaçamento físico. **Nesta organização da turma, é importante estabelecer critérios para agrupamentos produtivos de aprendizagem, assim como verificar a possibilidade de atender os irmãos nas mesmas semanas.**



Colocando em prática

- Exemplo 1: 1º ANO A

Número de estudantes matriculadas: 25

Número de estudantes que manifestaram interesse ao retorno presencial: 18

Número de estudantes atendidos na 1ª etapa (35%): 8

Número de estudantes atendidos na 2ª etapa (70%): 17

Metragem da sala de aula (espaço físico): 35m²

Número de estudantes permitido de acordo com os espaçamento de 1,5 entre eles: 11 (mais o professor - total 12 pessoas - e considerando espaço de armários e mesa do professor)

	Grupo	1ª etapa (até 35%) Nº de alunos(as)
1ª Semana	Azul(3) e Roxo(3)	6
2ª Semana	Amarelo(3) e Vermelho(3)	6
3ª Semana	Verde(3) e Marrom (3)	6

	Grupo	2ª etapa (até 70%) Nº de crianças
1ª Semana	Azul(3), Roxo(3) e Verde(3)	9
2ª Semana	Amarelo(3), Vermelho(3) e Marrom (3)	9

- **Exemplo 2:** 6º ANO C

Número de estudantes matriculadas: 36

Número de estudantes que manifestaram interesse ao retorno presencial: 23

Número de estudantes atendidos na 1ª etapa (35%): 12

Número de estudantes atendidos na 2ª etapa (70%): 24

Metragem da sala de aula (espaço físico): 41m²

Número de estudantes permitido de acordo com os espaçamento de 1,5 entre eles: 12 (mais o professor - total 13 pessoas - e considerando espaço de armários e mesa do professor)

	Grupo	1ª etapa (até 35%) Nº de alunos(as)
1ª Semana	Azul(4), Roxo(4) e Verde(4)	12
2ª Semana	Amarelo(4), Vermelho(4) e Marrom (3)	11

	Grupo	2ª etapa (até 70%) Nº de crianças
1ª Semana	Azul(4), Roxo(4) e Verde(4)	12
2ª Semana	Amarelo(4), Vermelho(4) e Marrom (3)	11

Caso mais famílias optem pelas atividades presenciais, mais grupos podem ser formados e inseridos no revezamento, até o limite da capacidade física e da etapa de atendimento, sendo as famílias informadas do prazo para novas inserções.

No caso **da EJA**, conforme apontado anteriormente no item da organização dos tempos e espaços, as turmas serão formadas de acordo com a demanda de

alunos e alunas que optarem pelo presencial. O mesmo em relação aos estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) .

1.3 Organização das entradas, saídas, intervalos e da movimentação de estudantes durante o período de atividades presenciais

É importante que as equipes escolares organizem as atividades presenciais de modo que, conforme o protocolo sanitário da educação, os alunos e alunas de uma turma não mantenham contato com os de outra, a fim de possibilitar o monitoramento de casos suspeitos e/ou confirmados e a tomada das medidas necessárias nessas situações.

Assim como já apontado em relação ao intervalo, todos os momentos presenciais dos alunos e alunas na escola serão educativos, onde o trabalho pedagógico realizado visa, dentre outros, o entendimento das dinâmicas de entrada, saída, uso dos espaços coletivos e momentos de refeições. Nesse sentido, é importante que a equipe escolar possa igualmente pensar e organizar esses tempos e espaços, que também deverão constar no Plano de Retomada das Atividades Presenciais.

Em relação aos momentos de entrada, um funcionário ou mais (diretor, vice-diretor, inspetor, professor, etc) deverá controlar a entrada dos estudantes, verificar se os mesmos estão usando máscara facial e, também, medir a temperatura deles , permitindo a entrada apenas dos que apresentarem temperatura abaixo dos 37,5°. No caso de alunos e alunas que apresentem temperatura maior que a mencionada, deve-se proceder conforme orientações apresentadas no caderno de Orientações para o Planejamento 2021 - Protocolos Sanitários da Educação. O mesmo em relação aos que chegarem desacompanhados de um adulto responsável e apresentarem temperatura elevada.

No horário de saída, é preferível que cada aluno e aluna seja entregue ao responsável legal no portão da escola. Isso sendo impossível, deve-se permitir que os pais entrem para buscar os alunos e alunas na porta das salas de aula, mas as filas devem estar demarcadas com o espaçamento necessário, assim como os sentidos de entrada e saída (conforme já realizado pela maioria das escolas nos momentos de entrega das ANPs). Ainda conforme os protocolos sanitários, deverá

ser feita a higienização de todos os espaços entre um período e outro de atendimento.

Durante o período de aula, a movimentação de alunos e alunas sozinhos pela escola deve ser reduzida ao máximo possível, de modo que não haja contato entre os estudantes de diferentes turmas. É preferível que cada professor leve sua turma toda ao banheiro no momento da entrada e ao final do intervalo, permitindo a entrada de um ou dois estudantes de cada vez no banheiro, conforme a capacidade física deste. Caso seja necessário que um aluno ou aluna vá ao banheiro, além dessas oportunidades, é importante que haja um controle do número de alunos e alunas fora das salas, esse controle pode ser realizado por um inspetor e/ou outro funcionário, mesmo que terceirizados.

Estes mesmos momentos, onde o professor acompanha a turma ao banheiro, podem ser também aqueles em que os alunos e alunas abastecem suas garrafinhas de água (que devem ter sido orientados, com antecedência, a trazer de casa, diariamente), de forma que não precisem sair da sala de aula sozinhos.

Conforme o caderno de Orientações para o Planejamento 2021 - Protocolos Sanitários da Educação e o caderno de Orientações para o Planejamento 2021 - Educação, Comunicação e Tecnologias, a comunicação e o esclarecimento aos pais pela escola faz parte do processo educativo relacionado ao momento que vivemos.

É importante que as equipes escolares organizem encontros virtuais e/ou, se necessário, atendimentos individuais ou em pequenos grupos, presencialmente (considerando os protocolos e capacidade física da escola), com todas as famílias antes do retorno presencial, um momento para acolhimento, onde as famílias e as equipes escolares poderão se colocar em relação às ansiedades, dificuldades, dores e expectativas vivenciadas durante este período de pandemia (conforme orientado no caderno de Orientações para o Planejamento 2021 - Questões Psicossociais: Acolhimento) e um segundo momento, para apresentar a organização da escola para a retomada das atividades presenciais e para evidenciar e refletir coletivamente as estratégias para o cumprimento dos protocolos necessários para resguardar a saúde e a vida de todos.

Cabe salientar a importância das famílias serem informadas da **proibição de retorno às atividades presenciais**, de acordo com a Deliberação CIB n.º 71, de 25/08/2020, **dos alunos e alunas que pertencem ao grupo de risco para a Covid-19**.

2. PLANO OPERACIONAL PEDAGÓGICO

No momento em que foram instituídas as atividades não presenciais, ANPs, foi solicitado às escolas a elaboração do Plano Operacional Pedagógico, documento que organizou e registrou os processos pedagógicos das instituições educacionais da rede. Neste momento de transição das atividades não presenciais para as presenciais, onde os dois tipos de atividades acontecerão ao mesmo tempo, faz-se necessária a mesma organização e registro.

Nesse sentido, **o Plano Operacional Pedagógico deve ser atualizado** pela equipe escolar, considerando as ações estabelecidas pela escola na retomada das atividades presenciais e entregue à supervisão de ensino. A seguir apresentamos de forma sucinta, elementos que, para além das diretrizes já estabelecidas no Documento Orientador das ANPs - CAC, devem ser refletidos, (re)construídos e registrados pelas equipes escolares de modo a compor o Plano Operacional Pedagógico para posterior acompanhamento e replanejamento.

2.1 Acolhimento

Conforme caderno de Orientações para o Planejamento 2021 - Questões Psicossociais: Acolhimento, acolher é uma prática educativa, portanto é necessário planejar o acolhimento dos estudantes, considerando que cada criança enfrentou este inusitado momento de uma maneira, vivenciando, dentre outros, sentimentos como: medo, angústia, ansiedade, frustração, saudades, solidão ou alegria por estar mais tempo com os pais, em casa. Acolher "[...] consiste, prioritariamente, na disposição em ouvir o outro sem julgamentos de valor". (OMS, 2020 apud SOROCABA, 2021, p. 12). *acolhimento é o ano todo*

Nesse sentido, na retomada das aulas presenciais, no primeiro momento (primeira semana) da presença do estudante na escola, tanto no ensino fundamental anos iniciais, quanto nos anos finais, devem-se planejar atividades que utilizem estratégias de acolhimento e escuta, de compartilhamento de impressões, sentimentos, angústias e expectativas. Nos anos finais do ensino fundamental,

durante os momentos de planejamento coletivo, os professores podem combinar para que cada um utilize em sua aula, uma estratégia/atividade de acolhimento, de modo que o tema não fique exaustivo aos alunos e alunas e professores.

É possível encontrar dicas de diferentes estratégias e atividades tanto no caderno citado, quanto nos materiais produzidos e disponibilizados pela equipe multidisciplinar durante o ano de 2020, também disponíveis pelo link: https://drive.google.com/drive/folders/1HS-vreeSJ9xXezD8rOoLa_bGWSw-C5JX.

Cabe ressaltar que, embora mencionada a importância deste acolhimento no primeiro contato, de forma mais intensa e estruturada, **é imprescindível** que as ações de acolhimento se mantenham durante todo o período letivo, considerando que esta necessidade não se esgota com ação única e em período determinado.

2.2 Avaliação diagnóstica

Uma das mais fortes conclusões das pesquisas sobre momentos pós-crise é que mesmo com ações de ensino remoto bem estruturadas, a suspensão temporária das aulas presenciais deverá criar lacunas significativas no aprendizado dos estudantes.

Cabe mencionar, ainda, que as evidências indicam que tais prejuízos de aprendizado serão mais intensos para aquelas crianças e jovens que vivem em situações de maior vulnerabilidade. Estes alunos e alunas usualmente são os mais impactados pelos efeitos adversos do distanciamento social, suas famílias são as que mais sofrem com os choques econômicos (muitos, por exemplo, já têm, ou terão, pais e responsáveis em situação de desemprego ou informalidade) e, ainda, possuem menos acesso às soluções de ensino remoto disponibilizadas pelo poder público durante o período de isolamento.

Ao considerar estas afirmações, é fundamental que a equipe pedagógica das escolas de ensino fundamental anos iniciais e finais reflita, entre os pares, sobre a elaboração de avaliações diagnósticas. Nesta retomada, os diagnósticos permitirão verificar em que ponto da aprendizagem cada estudante se encontra e possibilitarão um plano de ação específico para cada aluno e aluna.

Ao se falar de avaliação diagnóstica, é importante compreender que esta faz parte de um processo avaliativo que deve ser formativo e contínuo e que vai além de um prova ou verificação da hipótese de escrita do aluno ou aluna. A avaliação

diagnóstica é composta de diversas ações que possibilitam ao professor, por exemplo, compreender contextos e formas de pensar e agir do aluno ou aluna em diferentes situações.

No contexto da pandemia, o Parecer nº 5/20, do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado dia 29 de maio pelo Ministério da Educação (MEC), aponta para a importância, no retorno às aulas presenciais, da realização de avaliação diagnóstica para identificar o desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação.

Para os anos que possuem como foco a alfabetização esta é uma modalidade avaliativa primordial, por isso, cabe às equipes pensar com muita atenção sobre os instrumentos que utilizarão para tal diagnóstico. Tão importante quanto sua construção será o processo posterior, de tabulação, análise coletiva e elaboração de plano de ação, visando consolidar as futuras intervenções pedagógicas.

As avaliações diagnósticas devem ser elaboradas de modo que possam oferecer informações e dados sobre o desenvolvimento dos alunos e alunas na leitura e na escrita, compreensão de textos, raciocínio lógico-matemático e demais áreas que a equipe pedagógica considerar pertinente.

O parecer do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) nº 04/2020 aponta que as instituições educacionais deverão elaborar propostas de Avaliação Diagnóstica, que considerem diferentes instrumentos de sondagem e entrevistas, dentre outras estratégias. É preciso que a equipe pedagógica possa conhecer e analisar tais instrumentos que podem ser utilizados nesse tipo de avaliação, assim como sua adequada utilização, para definir quais são os mais adequados para cada objetivo que pretendem analisar.

A sondagem, por exemplo, é um instrumento de avaliação diagnóstica que tem objetivos e características próprias e que, quando utilizada juntamente com as demais ações que a envolvem, pode apresentar ao professor uma visão geral de sua turma e específica de cada aluno e aluna a respeito de seu processo de aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabético (SEA) ou ainda do Sistema de Numeração Decimal (SND). Sugerimos como subsídio para a discussão desse tema, os vídeos sobre alfabetização, produzidos pela SEDU em 2017, mais especificamente o vídeo M2P1, disponíveis em: <http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/alfabetizacao/dialogos-sobre-alfabetizacao/>.

Para além da sondagem, podem ser instrumentos de coleta de dados numa avaliação diagnóstica: observação do aluno e aluna em diferentes situações planejadas ou ocasionais, conversa com as crianças e com os responsáveis, diferentes intervenções, questionamentos, escuta, etc. Ressalta-se, que tudo que já foi explanado sobre acolhimento e as diferentes estratégias propostas para isso, também podem servir de fonte de dados para compor a avaliação diagnóstica dos estudantes.

Neste sentido, pensando nos dias iniciais de retomada das atividades presenciais, período em que há a orientação de se realizar mais atividades lúdicas, jogos e brincadeiras bem como outras atividades focados no acolhimento, é possível, já nestes momentos, observar habilidades e competências, conforme descritas na BNCC e demais documentos estruturantes do trabalho pedagógico, que podem ser bastante úteis neste processo de avaliação diagnóstica.

O professor poderá observar e registrar, por exemplo, aspectos psicomotores, habilidades cognitivo-linguísticas e raciocínio lógico-matemático, durante jogos, brincadeiras e outras atividades mais lúdicas, e utilizar estes registros para compor, também, sua avaliação diagnóstica.

Usar o lúdico como ferramenta de avaliação e monitoramento da aprendizagem é não somente preconizado como, também, incentivado, por diversas evidências científicas que norteiam nosso trabalho.

Será necessário o redimensionamento e a reelaboração dos Planos de Ensino, de forma que busquem a recuperação das aprendizagens, sem prejuízo da promoção dos estudantes, por meio da proposição de novos projetos, adequações didáticas e metodológicas e que levem em consideração as peculiaridades deste momento, as experiências desiguais vividas pelas crianças, jovens e adultos e a criação de estratégias e oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

Neste sentido, recomenda-se que as instituições educacionais de ensino fundamental definam períodos de avaliação diagnóstica com o objetivo de:

- I – Redimensionar os planejamentos nas diversas áreas de conhecimento;
- II – Orientar os trabalhos desenvolvidos com os estudantes que necessitam de recuperação da aprendizagem;

III – Viabilizar a articulação dos resultados da avaliação diagnóstica com o planejamento escolar, a formação dos professores e o redimensionamento do Projeto Político Pedagógico.

2.3 (Re)Planejamento

O retorno às atividades escolares presenciais não se trata de uma retomada de onde paramos, esse retorno escolar exige planos de ações em diversas frentes e demanda intensa articulação e contextualização local, considerando a existência da crise no processo de aprendizagem dos estudantes, bem como na trajetória escolar. Portanto, reconstruir o planejamento curricular é de extrema importância. Recomendamos que este movimento seja coletivo, entre os pares, com mediação do Orientador Pedagógico (OP) e que considere:

- A análise das avaliações diagnósticas;
- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Paulista, a Matriz Curricular da rede municipal de ensino, os objetivos de aprendizagem previstos para o biênio 2020-2021, bem como a sua adaptação para o novo contexto;
- A organização dos tempos e do espaços previstos para o retorno das atividades presenciais;
- As vivências que serão propostas na recuperação contínua e na paralela;
- As atividades que serão realizadas remotamente e sua interação com a organização do trabalho pedagógico realizado em sala de aula.

2.3.1 Sugestões e possibilidades

Quanto ao planejamento das atividades no momento que o atendimento esteja parcialmente remoto e parcialmente presencial, considerando os tempos e espaços de atuação do docente, a Secretaria da Educação (SEDU) sugere que as atividades sejam planejadas e elaboradas por etapa/modalidade/ano e que as atividades pensadas para os estudantes que estão no presencial sejam as mesmas a serem encaminhadas aos que estão no remoto e vice e versa.

Recomenda-se também que as ações pedagógicas possam ser organizadas da seguinte forma:

- Primeira semana: ações de acolhimento, com atividades com vistas à escuta dos alunos e alunas, estudo dos protocolos sanitários, entendimento das dinâmicas de entrada, saída, uso dos espaços coletivos e momentos de refeições e realização das avaliações diagnósticas, com as respectivas tabulações e análises para posterior planejamento das atividades pedagógicas;
- Nas próximas semanas: implementação das ações pedagógicas pautadas nos objetivos de aprendizagem considerando o biênio 2020-2021.

Importante salientar que as ações de acolhimento e de estudo dos protocolos sanitários são atividades permanentes.

2.3.2 Recuperação Contínua e Recuperação Paralela

O caderno de Orientações para o Planejamento 2021, SEDU/GS N° 11/2020, traz que a Recuperação Paralela é parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, assim como a recuperação contínua, sendo uma das estratégias disponíveis para ajudar os estudantes com baixo rendimento na aprendizagem.

O referido caderno, o qual é importante consultar ao se planejar essas duas estratégias de atendimento dos alunos e alunas, traz as definições para ambos os termos, apontando que a recuperação contínua é a que acontece nas aulas regulares e a paralela é a que acontece no contraturno, ambas baseadas e organizadas por meio de diagnósticos contínuos.

Entendemos que ambas as estratégias são imprescindíveis neste momento em que os estudantes passaram tanto tempo sem poder contar com a intervenção pedagógica tão necessária para o avanço de sua aprendizagem.

Será necessário que o plano de ação elaborado pelas equipes pedagógicas das instituições, a partir da análise da avaliação diagnóstica contemple ações coletivas e pontuais de recuperação contínua da aprendizagem, com atividades adaptadas e diversificadas, se necessário, de modo a atender as necessidades de aprendizagem específicas de cada estudante.

Do mesmo modo, será necessário que gestores e professores organizem as ações de recuperação paralela para que contemplem atividades diversificadas das que ocorrem regularmente em sala de aula, possibilitando aos estudantes usufruírem de outras oportunidades de aprendizagem, além das que já tiveram a oportunidade de participar.

Vale ressaltar também o caráter regular e contínuo da recuperação que acontece nas salas de aulas regulares e o caráter transitório da recuperação paralela a qual deve apresentar um plano de ação específico para as dificuldades apresentadas por cada estudante, que, como todo plano de ação, deve ter prazo estabelecido para atingir seus objetivos.

2.3.3 Organização do trabalho pedagógico

A rotina escolar é essencial no processo de alfabetização, deve ser pensada e planejada pela equipe pedagógica e transcrita no Projeto Político Pedagógico (PPP) a fim de incorporar as ações da escola.

A organização do trabalho pedagógico em rotina:

- Requer claro conhecimento dos objetivos e da definição das ações, procedimentos e técnicas para atingi-los;
- Organiza o tempo e os espaços pedagógicos de forma sistemática;
- Contribui para a prática de ensino e para o processo de aprendizagem;
- Possibilita o envolvimento dos alunos e alunas no processo de ensino e aprendizagem;
- Assegura acordos entre professor e alunos e alunas;
- Favorece o desenvolvimento do processo de organização da rotina de estudos do aluno ou aluna (quando ele prevê o que se fará na escola);
- Ajuda o professor a priorizar atividades que ele considere importantes para o período e sua distribuição durante a semana.

Ao se falar em rotina, é importante salientar que os alunos e alunas devem ter conhecimento da sua organização, diariamente, no início de cada dia, pois

[...] é importante que o professor estabeleça uma orientação inicial aos alunos, apresentando uma proposta de rotina de trabalho no dia. Nesse sentido, é possível que o professor, ao entrar em sala de aula, explicita na lousa ou quadro uma rotina do que irá acontecer naquele dia, listando e numerando cada atividade. Mesmo que os alunos ainda não saibam ler, o

professor pode ir fazendo a leitura e listando as atividades no canto da lousa ou quadro, reduzindo a ansiedade e expectativa dos alunos quanto ao trabalho do dia. Ao mesmo tempo, vai criando o hábito e identificando o tempo que cada uma das atividades foi planejada e como as diferentes disciplinas vão sendo contempladas na rotina do dia e da semana (MEC, SEB, 2014, p.17).

Para a organização da Rotina Semanal, pode-se adotar as modalidades organizativas do trabalho pedagógico, a saber: sequência didática, projetos, atividades permanentes e independentes. O Caderno De Orientações SEDU/DAGP N.º 03 - Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral (2016)², apresenta conceitualmente as modalidades organizativas do trabalho pedagógico, que podem ser apresentadas também da seguinte forma:

- **Sequência didática:** uma sequência de atividades, com um objetivo específico, onde a ordem da atividade interfere na realização; apresenta uma atividade disparadora, normalmente uma situação problema; após a resolução pelos alunos e alunas (individual, duplas, coletivamente), há a socialização das resoluções, o processo de validação e posterior sistematização;
- **Projeto:** organização pedagógica que possibilita a participação dos estudantes no processo (elaboração, execução e avaliação), gerando um compromisso coletivo e há a correlação entre ações propostas e é proposto um produto final, além disso, articula propósitos didáticos e propósitos sociais e possibilita a interdisciplinaridade;
- **Atividades permanentes:** são atividades que visam desenvolver conceitos, procedimentos e atitudes e têm periodicidades fixadas com antecedência;
- **Atividades independentes:** atividades que podem acontecer a qualquer momento dentro da rotina, sendo: a) **ocasionais:** um evento ou acontecimento cria a atividade; b) **sistematização:** atividades que objetivam sistematizar algum conceito ou conhecimento já trabalhado anteriormente.

Outra estratégia de organização do trabalho pedagógico são as oficinas de aprendizagem, uma valiosa forma de trabalho pedagógico pois apresenta um caráter

² Disponível em: <<http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/caderno-de-orientacoes-e-marco-referencial/>>. Acesso em 14/02/2021.

interdisciplinar e o mais importante, dá ao estudante autonomia no seu processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, é fundamental a análise, com toda equipe pedagógica, de todas as possibilidades de (re)organização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços a ele destinados, bem como das estratégias que serão utilizadas para alcançar o sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

2.3.4 Alfabetização

O Brasil, assim como outros países, encontra-se no auge de uma urgência histórica para a concretização da sua tarefa de educar com qualidade social todos os seus cidadãos. Entre os desafios para a educação brasileira, está a garantia da plena alfabetização de nossas crianças.

A criança tem o direito de aprender a ler e a escrever, em vivências com a mediação do(a) professor(a) e em situações autônomas, para que possa construir as habilidades de leitura e escrita previstas para o Ciclo de Alfabetização.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 32 inciso I, trata como primordial a alfabetização³ no primeiro e segundo ano, de modo que garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das habilidades matemáticas.

A alfabetização, enquanto processo de aquisição e uso da língua escrita, é extremamente complexa e exige um olhar multifacetado e uma seleção de estratégias que garantam a aquisição da leitura e da escrita ainda nos dois primeiros anos do ensino fundamental, de forma a:

[...] ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais

³ Existem inúmeros autores que apresentam diferentes conceituações para o termo alfabetização, aqui o utilizamos para nos referirmos ao amplo processo de conhecer e apropriar-se da linguagem específica de cada área do conhecimento, assim, além do processo de aquisição e uso da língua escrita, também ao processo de apropriação da linguagem matemática e das Ciências Humanas e Naturais.

complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. (BRASIL, 2014).

Diante das especificidades do processo de alfabetização até aqui elencadas, o contexto atual da pandemia trouxe consigo desafios que impactam diretamente no fazer pedagógico. Estamos em um momento onde é necessário a revisão dos espaços e tempos, um novo olhar que considere na proposta pedagógica uma rotina de trabalho flexível sem perder de vista os objetivos traçados.

É importante ressaltar aqui que o processo de alfabetização perpassa pela parceria entre escola e família. Ambas têm um papel determinante no sucesso do processo educacional. A criança não deve ser olhada apenas sob o ponto de vista cognitivo, mas também pelo ponto de vista psicológico e social. É na família que a criança adquire as primeiras noções de vida em sociedade.

Segundo Guzzo e Tizzei (2007, p. 42) "A família representa um ambiente extremamente importante para o desenvolvimento da criança, porque é o primeiro sistema em que o ser humano se insere na sociedade, por meio do qual começa a estabelecer o seu vínculo com o mundo".

Estreitar a relação entre escola e família fortalecerá o trabalho nesse momento em que estamos todas e todos nos reinventando.

A prática pedagógica do professor(a) alfabetizador com a questão da pandemia trouxe à tona toda uma complexidade estrutural nunca vista antes. Inúmeras adequações nas estratégias de trabalho foram estudadas e estão sendo realizadas em nossas escolas. Descobrimos um leque de possibilidades onde pudemos nos reinventar e conhecer bem de perto o contexto familiar de cada criança.

O processo de alfabetização é considerado uma das fases mais importantes da trajetória escolar. Nesse sentido, o professor alfabetizador, com base nas diretrizes e orientações da escola ou rede, deve observar quais pontos são importantes no que diz respeito às estratégias de trabalho a serem utilizadas. Estas, trarão ao professor as respostas necessárias para a avaliação contínua do trabalho no retorno das aulas.

No processo de alfabetização, saber o que o aluno ou aluna sabe (daí a importância de uma sondagem bem feita) e o que precisa saber para avançar é primordial para que o professor alfabetizador possa planejar atividades que sejam eficazes em relação aos objetivos almejados. Para saber mais sobre o que o aluno

ou aluna precisa compreender para avançar no processo de alfabetização, sugerimos a leitura dos materiais utilizados no programa de formação de professores alfabetizadores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC⁴, de Língua Portuguesa (2013) e Matemática (2014).

Cabe salientar que a leitura tem um papel especial e muito importante na alfabetização. Esta, deve ser explorada diariamente na escola e pela família.

A organização do trabalho pedagógico propicia a adoção de diversas estratégias que podem facilitar, não somente nesse novo modelo de educação ao qual estamos lidando, mas em todo e qualquer momento do trabalho docente.

Além das considerações acima, é preciso que as equipes pedagógicas das escolas considerem as especificidades das turmas de 1º ano em 2021, pois serão alunos e alunas que não frequentaram o Pré II, nas maioria das escolas, não conhecem a rotina do ensino fundamental, totalmente diferente da que possam ter conhecido na Educação Infantil e que não terão uma oportunidade de ambientar-se até estarem presencialmente na escola.

2.3.5 EJA

No período pós pandemia, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se despontará como uma modalidade importante para a elaboração de um plano de sociedade, que visa ao bem comum, inclusivo e democrático. Inicialmente, porque a educação é um campo capaz de ativar o desenvolvimento pessoal, profissional, a cidadania, a produção e o fortalecimento de processos culturais. Na sequência, porque é o espaço para reflexão e autoconstrução de pessoas sensíveis aos problemas sociais e à prática da liberdade. Finalmente, porque é o espaço para a mobilização, sem o qual mudanças sociais não se viabilizam, a prosperidade não chega a todas as pessoas e não se ultrapassam as desigualdades e a exclusão.

A EJA é um campo de práticas e reflexões que, inevitavelmente, transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Explicitamente, porque abarca processos formativos diversos, em que podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e uma

⁴ Disponíveis em: <<https://wp.ufpel.edu.br/obeducpacto/category/pnaic-2013-cadernos-da-linguagem/>>. Acesso em 14/02/2021 e em: <<https://wp.ufpel.edu.br/obeducpacto/category/pnaic-2014-cadernos-de-matematica/>>. Acesso em 14/02/2021.

grande quantidade de questões culturais próprias das pessoas estudantes como as de cunho étnico, de gênero, de sexualidade dentre outras, que são, muitas vezes, pautadas em outros espaços que não o escolar e que de forma alguma podem ser desmerecidas enquanto experiências a serem debatidas e ampliadas, considerando que os fatores extraescolares são tão importantes quanto os escolares na aprendizagem.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵, 166 países fecharam as escolas e universidades, com mais de 1,5 bilhão de pessoas estudantes atingidas. Antes disso, o Brasil e outras nações já enfrentavam uma crise de aprendizagem, ou seja, não conseguiam oferecer educação de qualidade social para boa parte das crianças, jovens e adultos.

A suspensão das aulas não só significa que crianças, jovens e adultos não estão aprendendo o que deveriam, mas também que estão desaprendendo, esquecendo conceitos e habilidades ao longo do tempo em que as aulas estão suspensas.

A pandemia expôs a brutal desigualdade em que vivemos e tomamos consciência da fragilidade de muitas crianças, jovens e adultos, nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre qual é a função da escola na sociedade contemporânea e pós-pandemia, para possibilitar a construção de uma consciência coletiva e sistêmica a partir dessa crise para criar um novo mundo, em que a política educacional tenha compromisso absoluto e inegociável com a superação das desigualdades e que fortaleça processos de forma a atender a todas as pessoas satisfatoriamente.

Urge priorizar as pessoas que mais necessitam de apoio. Esse público inclui crianças, jovens e adultos mais pobres, as que correm o risco de evasão, e as que vivem em lares e bairros violentos e estão sofrendo com o aumento de situações abusivas. Lembremos que, para as mais vulneráveis, a educação salva vidas. Ela não dá apenas segurança, proteção e alimentação, mas estimula a esperança de dias melhores. Quando a volta às aulas for possível para um pequeno grupo, as pessoas vulneráveis devem ser priorizadas.

No curto prazo, buscamos garantir que as pessoas jovens e adultas retivessem conhecimentos e habilidades por meio de ações remotas. Hoje

⁵ Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>>. Acesso em 22/02/2021.

tentamos avaliar o aprendizado de cada uma e criar estratégias para um retorno gradual às atividades presenciais de modo que possamos também pensar em estratégias de reforço efetivas para as que necessitarem. Em pouco tempo, nosso sistema municipal de educação deverá se recriar, com capacidade de contingenciamento, procedimentos e protocolos para possíveis novas crises, levando em consideração que o mundo não será o mesmo após o coronavírus, a expectativa é que os **recursos tecnológicos** se firmem como novos hábitos, em uma projeção de tendência pós-pandemia.

Esta não é uma crise qualquer, tem todo o potencial para ser catastrófica na educação de nossas crianças, jovens e adultos. Para construirmos um futuro mais saudável, próspero e seguro, precisamos garantir recursos financeiros na educação, fazer uso inteligente de tecnologias disponíveis, priorizar as crianças, jovens e adultos mais vulneráveis e proteger os nossos educadores e nossas educadoras. Com inteligência, integridade, competência e planejamento, podemos aprender com esta e com outras crises e promover o salto de qualidade social na educação de que tanto necessitamos em Sorocaba e no Brasil.

Em muitas instituições educacionais, as atividades para EJA devem ser aplicadas para estudantes de diferentes etapas de alfabetização, mas que estão na mesma turma e considerando que, apesar de muitos desses jovens e adultos não terem histórico anterior de conhecimento sobre determinado conteúdo, possuem alguma experiência de vida sobre o tema tratado, essa experiência deve ser considerada no planejamento das atividades propostas.

As atividades devem ser o mais didáticas possíveis. Esse pode ser o primeiro contato do(a) estudante com as letras, palavras, frases e textos. Por isso, alguns exercícios devem estar relacionados com o cotidiano dessas pessoas.

No período de acolhimento os professores e professoras poderão realizar chamadas telefônicas ou de vídeos para os/as estudantes novos e para os que já estavam matriculados e acolher de forma bem individualizada, como por exemplo: perguntando como ele está se sentido nesse período de pandemia e convidá-los ao retorno presencial.

Algumas ações possíveis:

- Elaborar um roteiro de perguntas para construção do planejamento: Como você gostaria de ser recebido? Quais as dificuldades que você está tendo nessa pandemia? Perguntar se há interesse em participar

de grupo de WhatsApp. Oferecer ajuda para o uso dessa ferramenta, já que alguns não dominam essa tecnologia digital;

- Perguntar sobre experiências de luto, de necessidade financeira, explicando e garantindo que não há problema algum que não tenha recurso financeiro para frequentar a EJA, deixando claro que a escola é pública e gratuita;
- É possível também criar grupos de estudos no WhatsApp com os/as estudantes de diferentes hipóteses de conhecimento do Sistema de Escrita Alfabética ou por outros critérios que o professor ou professora entender ser interessante, para que haja melhor entrosamento do grupo e avanços com maior participação dos(as) estudantes e
- Criar rotina de busca ativa dos/das estudantes que não retornarem às aulas e rotina de detecção precoce do desengajamento dos alunos com maior risco de evasão e realizar constante acompanhamento para que não desista de frequentar as aulas e/ou realizar as atividades não presenciais (ANPs).

2.3.6 Educação Especial

Destacam-se a necessidade de acolhimento e entrevista das famílias dos estudantes atendidos pelo AAE, a análise dos dados colhidos com as famílias, a imprescindibilidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada estudante matriculado na sala de recursos multifuncionais (SRM), o planejamento das atividades e a importância de organizar tempos e espaços para o atendimento dos estudantes matriculados no AEE.

O trabalho pedagógico sempre deverá ser realizado de modo colaborativo, coordenado pelo orientador pedagógico em articulação com o professor da sala comum, o professor da SRM e demais profissionais (professor de educação física, profissionais de apoio, auxiliares de educação, etc.) que, eventualmente, sejam envolvidos no processo, visando o pleno desenvolvimento das crianças com deficiência.

Seguindo a organização interna de cada unidade escolar, os professores de AEE oferecerão suporte e aos professores da sala comum para a elaboração,

adequação e adaptação das ANPs, incluindo a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva (material ampliado, legendas, materiais em relevo tátil, etc.).

Ressalta-se que as ANPs encaminhadas para os estudantes com deficiência devem seguir o conteúdo programático delineado para o ano/etapa no qual ele(a) está matriculado(a), realizando-se, é claro, as adequações necessárias, de modo a permitir o acesso do estudante ao conteúdo trabalhado com os demais estudantes da classe e a aprendizagem.

2.3.7 Os anos finais de ciclo

Faz-se necessário que as equipes pedagógicas pensem a adaptação curricular para o biênio 2020-2021, considerando que os alunos e alunas avançaram o ano calendário, no entanto, não necessariamente desenvolveram as aprendizagens esperadas para cada etapa/modalidade/ano. Nesse sentido, é preciso um olhar atento das equipes aos estudantes que encontram-se nos anos finais de ciclo, haja vista sua mudança para um próximo estágio completamente diverso daquele que se encontra, com características e exigências díspares, para que os processos de ensino planejados possam contribuir para que consigam desenvolver as habilidades necessárias ao próximo ciclo de aprendizagem.

2.4 Acompanhamento da aprendizagem

É de extrema importância que a equipe pedagógica reflita e organize meios para o acompanhamento da aprendizagem, fortalecendo as práticas pedagógicas e de registro já existentes na instituição educacional para esta finalidade e criando novas, de acordo com o contexto de cada escola e sua proposta política pedagógica, como por exemplo, monitoramento das aprendizagens por meio de relatórios dentre outros instrumentos.

Cientes do desafio de manter todos os estudantes mobilizados após o período prolongado de paralisação das atividades presenciais, o planejamento de intervenções com o objetivo de combater o abandono e a evasão escolar torna-se fundamental para garantir o direito à educação.

As estratégias de combate ao abandono e a evasão escolar devem estar pautadas em ações intersetoriais de atendimento aos estudantes e as suas famílias. As ações de apoio emocional, destacadas neste e em outros documentos já encaminhados à rede, são importantes e somam-se a outras possíveis iniciativas evidenciadas, tais como:

- Manutenção de contato frequente das escolas com os estudantes e familiares;
- Realização de diagnósticos frequentes para detecção precoce do desengajamento dos alunos e alunas com maior risco de evasão;
- Comunicação com os pais e responsáveis sobre os novos protocolos de higiene e proteção à saúde que serão adotados nas escolas
- Busca ativa dos alunos e alunas que já evadiram ou abandonaram a escola.

2.5 A participação das famílias

Para o sucesso deste retorno às aulas presenciais, os familiares desempenharão um papel vital ao trazer os estudantes de volta à escola. É necessário estabelecer canais que facilitem a comunicação dos pais e familiares, mantendo um diálogo transparente e cuidadoso, especialmente durante este período de adaptação ao novo contexto. Para isso, é preciso:

- Organizar um fluxo de comunicação com as famílias para tirar dúvidas e informar sobre contato provável e casos suspeitos de COVID-19;
- Organizar reuniões de pais online e/ou presencial em pequenos grupos ou individualmente (observando os protocolos de saúde), de forma a apresentar e refletir sobre as organizações da instituição de ensino para o período de transição das atividades remotas para as atividades presenciais;
- Orientar as famílias sobre a comunicação necessária quando houver qualquer sinal ou sintoma de COVID-19 no estudante ou nos familiares que estiverem em contato com ele;
- Favorecer a comunicação remota e discutir, juntamente com a toda comunidade escolar, sobre as ações necessárias para o retorno ao

atendimento presencial, utilizando as plataformas digitais disponíveis (Facebook, WhatsApp, Google Classroom, Teams, Meet, entre outras);

- Intensificar os canais de comunicação para tratar do planejamento do retorno com os diferentes públicos: Família, Docente, Equipe de Apoio, Rede de Proteção, Transporte Escolar e Comunidade educativa, informando quanto às modificações, adequações, entre outros;
- Quando necessário, favorecer a recepção de famílias em um espaço aberto, reforçando a distância de proteção (1,5m de distanciamento);
- Afixar, em pontos estratégicos, o calendário escolar e cronograma das atividades presenciais e remotas da UE, o cardápio semanal e informativos sobre higiene das mãos, hidratação, distanciamento social e uso de máscaras.

As famílias devem ser responsáveis por:

- Optar pelo retorno ou não da criança pela qual é responsável, sem prejuízo da perda da vaga e com o apoio da rede de proteção, quando necessário;
- Manter o diálogo e parceria com a instituição educacional;
- Manter os contatos e dados atualizados;
- Manter vacinação atualizada conforme o calendário oficial;
- Atualizar o prontuário do estudante, com informações de doenças pré-existentes que possam ser um fator de maior risco para COVID-19;
- Informar a instituição se e quando houver o acometimento por Covid-19, de qualquer pessoa que teve contato com a criança, inclusive das próprias crianças, mantendo-as em casa;
- Conversar com a criança sobre as modificações na rotina e prepará-la para encontrar pessoas utilizando máscaras e outros EPIs;
- Compreender, apropriar-se e colaborar com as novas regras e de organização estabelecidos pela unidade escolar, tais como: aferição de temperatura; utilização de máscaras; higienização de mãos; respeito ao distanciamento.
- Permanecer na escola o tempo estritamente necessário para o atendimento, quando descartadas outras possibilidades de comunicação.

Reitera-se a importância das reuniões com as famílias anteriores ao retorno das atividades presenciais, de forma a dar conhecimento e esclarecer sobre essa retomada, assim como reuniões periódicas, para manutenção e adequação dos processos.

2.6 Plano de formação da equipe escolar

A Secretaria da Educação (SEDU) tem destacado a importância da formação continuada nos últimos Cadernos de Orientações para o planejamento e apresentou proposta de construção coletiva de um Plano Anual de Formação para a rede municipal de ensino, para ser desenvolvido nos diferentes tempos e espaços da formação profissional observados na rotina dos docentes e demais servidores que atuam nas instituições educacionais da rede pública municipal.

Considerando as três concepções de formação continuada destacadas no Marco Referencial (2016), a saber: formação em contexto, formação de “livre escolha” e formação em rede⁶, e, o movimento formativo potencializado no período inicial de suspensão de aulas, desde que os servidores passaram a desenvolver suas atividades profissionais remotamente evidenciado pela publicação dos Anexos I e II que passaram a integrar o Comunicado SEDU/GS nº 71/2020 de 08/05/2020, trazendo a perspectiva de

O trabalho remoto dos profissionais da educação tem a intenção de proporcionar o devido tempo para estudos, análise, preparo e organização dos temas pertinentes ao trabalho escolar: currículo, planejamento, acolhimento, atividades diagnósticas, avaliação, cuidar e educar, rotina das creches, alimentação, higiene das crianças pequenas, e outros relacionados ao cotidiano escolar. (p. 06)

Diante deste contexto e considerando a expectativa de retorno das aulas presenciais, acredita-se na importância da constituição também de um Plano de

⁶ A ideia da **formação em contexto** parte do pressuposto que considera a escola como instituição que aprende, em diversos tempos e espaços. “A escola deve ser um espaço de aprendizagem constante, não só para alunos, mas também para os professores e funcionários.” A **formação de “livre escolha”** oportuniza a oferta de propostas formativas que [...] cada profissional pode escolher as formações que mais se relacionarem ao seu fazer educacional, tanto cursos oportunizados pela secretaria, quanto os ofertados externamente. A **formação em rede** apresenta propostas formativas que consideram os projetos instituídos pela secretaria da educação, no âmbito Federal, Estadual e Municipal [...]. São formações que visam à implementação dos pressupostos educacionais estabelecidos pela secretaria. Marco Referencial (SOROCABA, 2016, p. 122).

Formação Anual das instituições educacionais⁷, avaliado e reconstruído de forma que nos espaços e tempos destinados à formação no contexto escolar, HTPs, RAEA, RAAEI e Conselho Ano/Classe/Termo, dentre outros momentos em sua rotina e possibilidades, com os demais profissionais da instituição educacional,, algumas ações e reflexões sejam priorizadas:

- Mapear os temas que foram foco das ações formativas de cada segmento e/ou servidor no período de trabalho remoto, com o objetivo de planejar momentos de troca que oportunizem uma formação colaborativa, com vistas à profissionalização;
- Identificar necessidades de formação, em especial considerando o cenário de pandemia vivenciado e as especificidades do retorno presencial das aulas;
- Considerar, em especial para o Ensino Fundamental, a característica compensatória na qual os processos de ensino e de aprendizagem precisarão estar pautados nesse momento e, propor ações formativas que auxiliem os professores a fazerem uma análise e reflexão do planejamento do trabalho pedagógico, para que esteja alicerçado na adaptação curricular e, em estratégias metodológicas que atendam as singularidades apresentadas pelas crianças.

Por fim, o Plano de Formação Anual da instituição educacional, ao ser retomado, avaliado e reconstruído coletivamente, poderá ser um instrumento importante para que as escolas possam se organizar e qualificar o retorno das aulas presenciais.

Exemplo de Plano de Formação Anual da instituição educacional:

PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA EM **- 2021**

⁷ O Plano de Formação Anual da instituição educacional deverá contemplar: 1. **Interesses e necessidades apontadas pelo corpo docente**, a partir de pesquisa a ser realizada no início do ano letivo; 2. **Necessidades observadas pela equipe gestora**, a partir da observação e acompanhamento do trabalho e rotina pedagógica desenvolvida pelos professores; 3. **Temáticas e demandas apresentadas pela Secretaria da Educação (SEDU)**, que geralmente, estão vinculadas aos programas e projetos desenvolvidos pela SEDU.

Diretor(a): _____					
Orientador(a): _____					
ORIGEM: · PROFESSORES · GESTÃO DA UNIDADE · SEDU	O QUÊ? Conteúdo (TEMA)	PARA QUÊ? Objetivos	COMO? Estratégias	PARA QUEM?	QUANDO?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria da Educação, como parte de um conjunto de ações construídas a partir de janeiro de 2021, apresentou este caderno de orientações que faz parte de um conjunto de ações pensadas de modo a subsidiar as instituições educacionais a uma volta às atividades presenciais de forma organizada e segura.

Compõem essas ações:

- Instituição do Comitê Intersetorial para a estudos, implantação e acompanhamento de ações para a retomada das atividades presenciais nas instituições da rede municipal;
- Construção de documentos estruturantes para nortear as ações e o trabalho das equipes escolares, os cadernos complementares ao planejamento 2021, a saber: "Protocolos Sanitários", "Educação, comunicação e tecnologias", "Questões Psicossociais: Acolhimento", "Organização pedagógica para o Ensino Fundamental", "Organização

pedagógica para a Educação Infantil"; "Organização Pedagógica para a Educação Física e Práticas Corporais";

- Plano de Retomada das Atividades Presenciais, de forma que cada escola elaborará um plano de atendimento aos alunos, de acordo com a sua estrutura física disponível, com os protocolos sanitários e com as diretrizes da secretaria;
- Chamamento do concurso público para as reposição de vagas já criadas;
- Chamamento de professores eventuais para as turmas sem professores até que haja o chamamento do concurso;
- Contratação emergencial de professores e funcionários de apoio para substituição dos servidores afastados e para realização da recuperação paralela;
- Levantamento das unidades escolares vandalizadas que precisam de reformas para o retorno das aulas;
- Execução dos serviços necessários para o funcionamento e bom atendimento dos alunos e comunidade;
- Compra e fornecimento de EPIs para professores, funcionários e alunos;
- Treinamento das equipes de limpeza para o cumprimento dos protocolos de higiene;
- Reativação do contrato com a empresa fornecedora da merenda;
- Formação continuada: formação sobre os protocolos de segurança para todos os profissionais da escola; formação sobre PDDE emergencial para diretores de escola; formação aos docentes e profissionais de apoio a respeito do acolhimento psicossocial e pedagógico dos alunos no retorno às aulas; formações mensais aos docentes, profissionais de apoio e Orientadores Pedagógicos sobre o processo de ensino e aprendizagem no ano de 2021, considerando o continuum 2020/2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 18 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (*)**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP2_22DEDEZEMBRODE2017.pdf Acesso em 18 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Lei Nº 12.801.Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12801.htm. Acesso em 22 Fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília, DF, 2012

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 05, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da Pandemia do COVID-19**. Brasília, DF, 28 abr. 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020.pdf Acesso em 21 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Língua Portuguesa**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Matemática**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Caderno de Apresentação**. Brasília: MEC/SEB, 2014.

CAMPOS, Maria Malta e ROSEMBEG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

GUZZO, R. S. L; TIZZEI, R. P. Olhar sobre uma criança: perspectiva de pais sobre o desenvolvimento. Campinas , São Paulo, 2007.

GUZZO, R., MEZZALIRA, A., MOREIRA, A., TIZZEI, R., & SILVA NETO W. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. Psicologia: Teoria e Pesquisa, p. 42, 2007.

SÃO PAULO. **Deliberação CIB/CPS Nº 71, DE 25 DE AGOSTO DE 2020**. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=PesquisaLegislacao&dif=a&ficha=1&id=17383&tipo=DELIBERA%C7%C3O&origao=Comiss%E3o%20Intergestores%20Bipartite/Coordenadoria%20de%20Planejamento%20de%20Sa%FAde/Secretaria%20de%20Estado%20da%20Sa%FAde&numero=71&situacao=VIGENTE&data=25-08-2020>>. Acesso em 22 Fev. 2021.

SOROCABA. Secretaria da Educação: **O Caderno De Orientações SEDU/DAGP N.º 03 - Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral**. Sorocaba, 2016.

SOROCABA. **Comunicado SEDU/GS Nº 11/2020**. Sorocaba, 2020.

SOROCABA. **Comunicado SEDU/GS nº 71/2020 de 08/05/2020**. Sorocaba, 2020.

SOROCABA. Secretaria da Educação: **Caderno de Orientações para o Planejamento 2021, SEDU/GS Nº 11/2020**. Sorocaba: SEDU, 2020.

SOROCABA, Secretaria da Educação. **Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal**. Sorocaba: SEDU, 2016.

UNESCO. **Coalizão Global de Educação [online]**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em 22/02/2021.